

NOTA

NOVA PAC

Novos desafios, novos estímulos, novos incentivos.

A Europa necessita de uma nova PAC mais mobilizadora no seu todo.

A Europa necessita de uma nova PAC mais produtiva e mais ecológica.

A Europa deve estimular quem trabalha, quem produz e quem cria emprego.

Portugal como país europeu deve desenvolver-se no seu conjunto, diminuindo as assimetrias regionais que existem.

Portugal tem de apoiar todos os seus agricultores pelas suas características e em função da sua realidade e não a partir do Terreiro do Paço com regras generalistas e centralizadoras.

Temos qualidade, e em alguns produtos quantidades consideráveis, necessitamos de maior organização e de mecanismos reguladores de mercado.

De que serve existirem alguns apoios se a produção não paga os custos.

É preciso muita determinação e coragem política.

Talvez seja possível.

Direcção da AJAP

O "AJAP Objectiva" é um Boletim Informativo elaborado pelo Departamento de Comunicação da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Para mais informações:
comunicacao@ajap.pt

DESTAQUES

A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM PÓS - 2013

A Comunicação de orientação sobre o futuro da PAC pós 2013 - "A PAC no horizonte 2020 - Responder aos desafios do futuro em matéria de alimentação, recursos naturais e territoriais" COM(2010)672, ocorrida em Novembro de 2010 definiu opções para o futuro da PAC e lançou o debate institucional. Nesta Comunicação, a Comissão Europeia defende uma política comum forte, que possa contribuir para os objectivos da Estratégia "Europa 2020" (o crescimento competitivo, sustentável e inclusivo), e estruturada em torno dos seus dois pilares, com um 1º pilar mais verde e mais equitativo e um 2º pilar mais orientado para a competitividade e inovação, as alterações climáticas e o ambiente. Foram propostos 3 objectivos centrais para a PAC: produção alimentar viável, gestão sustentável dos recursos naturais e alterações climáticas e desenvolvimento territorial equilibrado.

Propostas Legislativas da Comissão Europeia sobre a Política Agrícola Comum pós-2013

A Comissão Europeia apresentou no dia 12 de Outubro as suas propostas legislativas de revisão da PAC lançando o processo negocial que decorrerá nos próximos dois anos. De forma a sustentar o reconhecimento da União Europeia sobre os desafios alimentares, ambientais e territoriais, o orçamento previsto para a PAC é um assunto que se reveste de grande importância. A Comissão propôs manter o orçamento da PAC em termos nominais inalterado, o que, embora favorável e enunciativo de estabilidade, não deixa de ser uma redução em termos reais de 7% que poderá não responder totalmente aos objectivos que lhe são propostos. Sobre os instrumentos da PAC existem 3 áreas fundamentais: apoios directos, mecanismos de mercado e desenvolvimento rural.

1. Apoios Directos

A Comissão Europeia (CE) propõe um novo desenho dos pagamentos directos com uma ajuda uniforme de base complementada por vários prémios.

Convergência dos pagamentos directos

A CE propõe a introdução do princípio da convergência, estará, como actualmente em vigor, subordinado à "condicionalidade". O objectivo é aproximar os níveis de pagamento entre agricultores, entre regiões (internas) e entre Estados-Membros (externas).

Jovens Agricultores

Ao pagamento base para Jovens Agricultores principiantes deverá adicionar-se um complemento de 25%, nos primeiros 5 anos após a instalação, que está limitado, no máximo, à dimensão média das explorações agrícolas nesse Estado Membro. Nos Estados Membros em que a dimensão média é pequena, o limite é de 25 ha.

"Ecologização" ("Greening")

Além do pagamento de base, cada exploração receberá um pagamento por ha por respeitar determinadas práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente. Este pagamento é obrigatório.




Propriedade, Redacção e Edição:

AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
 Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa
 Tel: 213 244 970 | Fax: 213 431 490

EVENTOS

Semana BIO 2011 – Semana Nacional da Agricultura Biológica

Data: 18 a 27 de Novembro de 2011
 Contacto: <http://interbio.designetico.org>

XXXIII Reunião de Outono da SPPF – “Recursos Genéticos Pratenses e Forrageiros” Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens

Data: 23 de Novembro de 2011
 Local: INIA - Elvas
 Contacto: www.agroportal.pt/Eventos/promo/2011/Programa%20XXXIII%20Reuniao%20de%20Outono%20da%20SPPF.pdf

Dia da Floresta Autóctone com Debate entrega de prémios e inauguração de exposição de fotografia Liga para a Protecção da Natureza

Data: 23 de Novembro de 2011
 Local: Culturgest, Lisboa
 Contacto: www.lpn.pt/LPNPortal/DesktopModules/NotasImprensaDetails.aspx?ItemID=833&Mid=42&tindex=53&tid=35

XII Feira do Montado

Data: 30 de Novembro
 a 4 de Dezembro de 2011
 Local: Portel
 Contacto: www.cm-portel.pt/conteudos/eventos/XII%20FEIRA%20DO%20MONTADO.htm

SIMEI Vitivinicultura

Data: 22 a 26 de Novembro de 2011
 Local: Milão, Itália
 Contacto: www.simei.it/homesimei_db.asp?idlingua=1

Sitevi Vitivinicultura

Data: 29 de Novembro a 1 de Dezembro
 de 2011
 Local: Montpellier, França
 Contacto: www.planet-agri.com/fr/sitevi

ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Para receber a AJAP Objectiva e a Revista Jovens Agricultores apenas têm que fazer prova de matrícula num estabelecimento de Ensino Superior da área agrícola, junto da AJAP.

Pequenos Agricultores

Qualquer agricultor que se candidate a apoio em 2014 pode decidir, até 15 Outubro de 2014, participar no regime dos pequenos agricultores, recebendo um pagamento anual de 500 a 1000 euros, fixado pelo Estado Membro e independente do tamanho da exploração. Os participantes estarão sujeitos a requisitos de condicionalidade menos rigorosos e estarão isentos da “ecologização”.

Agricultores Activos

A CE especificou melhor a definição de agricultor activo para evitar pagamentos a requerentes sem actividade agrícola efectiva ou significativa.

Hectares elegíveis

As regras prevêem que 2014 passe a ser o ano de referência para a superfície das terras, havendo no entanto uma ligação ao regime dos pagamentos directos em 2011, para evitar especulação.

Além destes, foram ainda propostos: Condicionalidade, Condicionalismos Naturais, Pagamentos Ligados/Associados, Limitação e Transferência de Fundos entre pilares.



2. Mecanismos de Mercado

A CE propõe a manutenção dos mecanismos de mercado existentes, serão revistos, de forma a torná-los mais reactivos e eficientes e propõe-se a introdução de uma nova cláusula de salvaguarda para todos os sectores para permitir à CE tomar medidas de emergência em casos de perturbação generalizada do mercado. É de destacar a inserção de medidas associadas ao funcionamento da cadeia alimentar. As regras de reconhecimento das Organizações de Produtores e das Organizações Interprofissionais tornam-se extensivas a todos os sectores, de modo a melhorar a capacidade de negociação dos agricultores na cadeia alimentar.

3. Desenvolvimento Rural

O conceito actual continua inalterado, no entanto, em vez dos 3 eixos o novo período de programação terá seis prioridades: incentivar a transferência de conhecimentos e a inovação; reforçar a competitividade; promover a organização da cadeia alimentar e a gestão de riscos; restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas; promover a eficiência dos recursos e a transição para uma economia de baixo carbono; promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais. Para atingir os objectivos para estas prioridades, e tendo em conta as suas necessidades específicas, os Estados Membros poderão seleccionar medidas de uma lista simplificada de opções possíveis. De entre a lista de medidas, destacam-se: a inclusão de um pacote de medidas para os Jovens Agricultores (a combinação de medidas que pode incluir subvenções ao arranque da actividade, formação e serviços de aconselhamento); a introdução de mecanismos de Gestão de Risco; a inclusão de Apoio a linhas de crédito; apoio à constituição de novas Organizações de Produtores/Associações de organizações de produtores; ajuda no arranque da actividade de Pequenos Agricultores; alargamento das possibilidades de apoio à Cooperação tecnológica, ambiental e comercial.